



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 226/2019 - PRES

O PRESIDENTE DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão nº 553/2017 - TCU - Plenário, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao segundo quadrimestre de 2019 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 – TCU – Plenário – item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 25 de setembro de 2019.

Desembargador **CARLOS ESCHER**

REF. ANEXO I (LRF art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESAS EXECUTIVADAS (último 12 meses)														TOTAL (12 meses)	INSTRUMENTOS NÃO PROCESSADOS ^(b)
LÍQUIDAS															
Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.387.017,20	13.913.121,57	22.924.011,23	18.603.108,62	17.144.621,45	13.210.496,38	13.337.624,71	13.272.109,62	13.256.509,82	13.601.165,88	13.102.686,48	13.316.647,07	778.008.551,23		
Pessoal Ativo	10.680.308,02	12.204.442,80	20.206.237,98	16.866.640,85	14.387.184,86	11.361.036,53	11.480.711,28	11.425.132,02	11.392.479,75	11.737.135,81	11.205.731,91	11.417.960,10	154.644.092,40		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.267.628,37	10.781.591,03	17.342.857,84	15.342.402,27	12.890.038,28	9.816.417,01	9.939.614,56	9.934.752,84	9.909.846,66	10.256.846,66	9.714.304,27	9.937.209,63	135.173.914,34		
Obrigações Patronais	1.412.767,37	1.422.440,78	2.953.378,06	1.524.216,50	1.497.134,50	1.544.617,84	1.580.094,64	1.480.377,26	1.482.726,45	1.480.287,39	1.471.425,88	1.480.628,71	19.280.151,38		
Benefícios Previdenciários	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	1,92	1,92	1,76	1,76	1,76	21,68		
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.706.619,18	1.708.678,68	2.627.793,25	1.706.463,77	2.757.438,59	1.834.439,65	1.827.533,43	1.826.977,60	1.864.030,07	1.864.030,07	1.898.957,57	1.898.686,97	23.604.433,83		
Aposentadorias, Rescuas e Retenções	1.297.645,46	1.299.704,96	1.999.380,44	1.277.778,44	2.107.771,21	1.407.080,12	1.406.302,35	1.405.957,12	1.426.256,06	1.426.256,06	1.459.186,56	1.460.912,96	18.018.832,34		
Pensões	408.973,68	408.973,68	627.812,17	414.686,85	649.664,90	442.379,05	441.020,00	441.020,00	437.773,53	437.773,53	437.773,53	437.773,53	5.385.620,25		
Outros benefícios Previdenciários	0,64	0,64	0,64	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	6,24		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de rescisão ou de contratação de longo prazo (I ^a do art. 19 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
DESPESA NÃO CONTRATADA (II) (I ^a do art. 19 da LRF)	1.706.000,74	1.708.678,68	2.576.864,96	1.112.151,45	2.757.438,59	1.834.439,65	1.860.469,40	1.900.815,00	1.864.030,07	1.938.731,92	1.898.957,57	1.935.028,38	22.976.624,61		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Despesas de Desempenho Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Despesa de Exercício Anterior de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.381,56	-	-	982.685,38	-	-	13.145,97	53.837,40	-	94.701,85	-	56.341,61	1.230.091,77		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.651.016,46	12.204.442,89	20.547.166,27	17.290.955,17	14.387.184,86	11.361.036,53	11.478.565,31	11.371.294,62	11.392.479,75	11.622.433,96	11.207.731,91	11.361.618,40	155.091.926,62		
ALÍQUOTA DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LÍQUIDA															
DESPESA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	829.157.202,07														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	155.342.708,42													0,018735	
LIMITE PREVIDENCIAL (VII) - (0,93 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	193.674.560,28													0,023338	
LIMITE DE ALÍQUOTA (VIII) - (0,90 x VII) (inciso II do art. 29 da LRF)	173.807.104,25													0,021022	
Fonte: SIAFI, COM-TRE-DO, 25/09/2019.															

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuará a ser informado, mês a mês. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
2. Valor da RCL referente a Portaria STN nº 633, de 18 de setembro de 2019

Christine Ferreira Resplande
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Pedro Henrique Gomes Perreira de Souza Azzi
Coordenador de Auditoria Interna

Wilson Garboge Junior
Diretor-geral

Desembargador Carlos Escher
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO 2019

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	178.802.163,76
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.459.455,34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	155.342.708,42

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

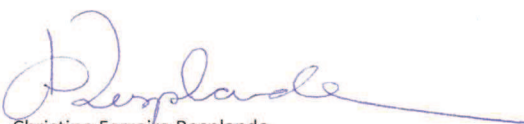
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	829.157.292.075,07
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,018735%

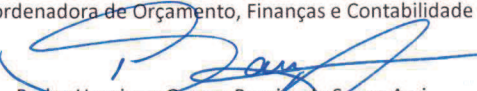
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,023424%	194.221.804,10
	Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente: Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	194.031.097,92
	Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente: -	-	-
	Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023358%	193.674.560,28
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	-	-

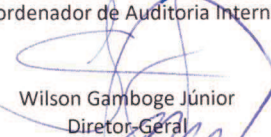
\\ Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

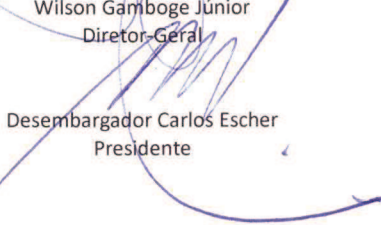
\\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho


Christine Ferreira Resplande
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade


Pedro Henrique Gomes Pereira de Souza Azzi
Coordenador de Auditoria Interna


Wilson Gamboge Júnior
Diretor-Geral


Desembargador Carlos Escher
Presidente